



GT 009. Antropologia da Criança: conjugando direitos e protagonismo social

Fernanda Cruz Rifiotis (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - Coordenador/a, Clarice Cohn (UFESCar) - Coordenador/a, Emilene Leite de Sousa (UFMA) - Debatedor/a, Antonella Maria Imperatriz Tassinari (Universidade Federal de Santa Catarina) - Debatedor/a

O objetivo do GT é reunir trabalhos que tenham como foco os modos pelos quais as crianças se constroem enquanto sujeitos, a fim de mapear e problematizar os desafios teóricos e metodológicos no campo da Antropologia da Criança. Como forma de dar continuidade aos GTs realizados em outras RBAs, interessa-nos trazer para o primeiro plano das reflexões, o potencial das crianças para revelarem o que nem sempre é objeto de atenção em estudos focados exclusivamente nos adultos. Gostaríamos de receber trabalhos sobre infâncias diferenciadas (crianças urbanas, camponesas, quilombolas, indígenas, de populações tradicionais, em situação de institucionalização, entre outras) que suscitem questões de gênero, raça e direitos específicos. Considerando o tema da 31ª RBA, destacamos a importância de pensar sobre os direitos e a proteção desses sujeitos, assim como também sobre os sujeitos desses direitos e seu protagonismo social. A proposta do GT é congrega pesquisas etnográficas recentes que suscitem discussões teóricas, metodológicas e éticas em diferentes contextos nacionais e internacionais abrangendo: estudos que pensem as experiências de construção das crianças enquanto sujeitos, que empreendam análises das tecnologias de governo voltadas às crianças, que exercitem reflexões metodológicas sobre a pesquisa com crianças e discutam as noções sociais de infância e que coloquem em perspectiva a questão da proteção e dos direitos desses sujeitos e seu protagonismo social.

A luta pela terra e experiência de infância em um acampamento de reforma agrária

Autoria: Fábio Accardo de Freitas, Ana Lúcia Goulart de Faria

O presente texto tem como objetivo compreender a maneira pela qual as crianças Sem Terrinha do acampamento Elizabeth Teixeira, em Limeira-SP, além de sujeitos testemunhas passam a ser protagonistas da luta pela terra. A pesquisa teve como espaço e tempo de observação as atividades da Ciranda Infantil, entre 2010 e 2014, entendido como um dos poucos espaços de encontro do coletivo de crianças no acampamento. Compõem o acampamento cerca de 60 crianças de 0 a 12 anos, filhas e filhos das 100 famílias que lá vivem. A terra foi ocupada em abril de 2007, foram despejados/as violentamente em novembro do mesmo ano e voltaram a reocupar a terra em dezembro. Após onze anos vivendo embaixo da lona preta, a área foi afirmada como de interesse social e o acampamento está prestes a se regularizar. As crianças vivenciaram todo esse processo. Elas contam as lembranças da ocupação, dos fatos marcantes do despejo e da reocupação. Elementos e memórias que se transformam em brincadeiras na Ciranda Infantil. Se num primeiro momento o espaço do acampamento era o lugar compartilhado de vivência das crianças entre elas, no processo de reorganização interna da área, decidiu-se pelos lotes individuais, fato que impactou na relação entre as crianças, tornando-se evidente o afastamento do convívio coletivo e cotidiano entre elas. A Ciranda Infantil, a partir desse contexto, tornou-se um dos poucos espaços de vivência do coletivo infantil do acampamento. Lugar em que a maioria das crianças podiam se encontrar, brincar, discutir, aprender, etc, enfim, produzir as culturas infantis (Fernandes, 2004) participando da construção da realidade social. As questões aqui colocadas são provenientes do work educativo e investigativo realizado por Freitas (2015) com as crianças Sem Terrinha em um acampamento de reforma agrária. Reflexão e prática em que as crianças foram modificando o olhar do pesquisador, apresentando as suas realidades e se colocando como ativos/as



pequenos/as sujeitos no mundo e da construção e resistência daquele acampamento. Ao reconhecer as crianças como sujeitos, pode-se observar suas produções de significados e interpretações do mundo, como cultura infantil produzida entre elas através das brincadeiras e atividades realizadas na Ciranda Infantil. Os processos vivenciados pelas crianças são foco deste texto, que tem como fundamento e pano de fundo as observações e relatos das atividades com as crianças proveniente do exercício etnográfico do pesquisador, o qual coloca em evidência seus pontos de vistas, que possibilitam falarem de si e de suas experiências de infância no acampamento, assim como das possibilidades de transformação da realidade em que vivem, da luta por direitos e de sua constituição como sujeitos e protagonistas da história e da luta pela terra.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**